

ESTUDANDO A ECONOMIA A PARTIR DA ANÁLISE DAS CRISES

Carlos Nuno Castel-Branco

INTRODUÇÃO

Este artigo argumenta que as crises económicas do capitalismo, que reflectem as suas contradições estruturais fundamentais, oferecem interessantes ângulos de análise para explorar e entender as dinâmicas, os limites, os paradoxos, a evolução e as tensões inerentes ao sistema capitalista de acumulação. Estudar a economia a partir das crises oferece-nos uma lente para entender a lógica do funcionamento da economia nos seus limites e as ligações entre os seus vários ciclos, enquanto nos proporciona uma perspectiva histórica privilegiada sobre as opções para a superação do modo capitalista de produção. A forma como crises são estudadas - como eventos atípicos e isolados, falhas de mercado, erros de política, características orgânicas de um sector (por exemplo, a tendência do sector financeiro para a especulação) ou como elementos estruturais do sistema de acumulação de capital - esclarece-nos não só sobre a capacidade de as teorias económicas explicarem uma crise ou outra, mas sobre o entendimento que têm e a clareza que conseguem gerar e comunicar sobre o funcionamento do modo capitalista de produção.

O artigo está organizado em três partes, nomeadamente uma discussão geral sobre as crises do capitalismo, uma reflexão histórica sobre as crises do sistema capitalista em Moçambique e conclusões sobre crises e a superação do capitalismo.

CRISES ECONÓMICAS E O CIRCUITO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

As crises económicas podem ocorrer por uma variedade de factores internos e externos ao circuito do capital¹, tais como instabilidade e convulsões políticas e sociais; mudanças tecnológicas significativas; competição entre facções do capital - que pode resultar em guerras de preços ou em disputas sobre a apropriação da mais-valia, tendo impacto nas relações

¹ O relacionamento que fazemos entre o circuito de acumulação de capital e as crises económicas é bastante útil analiticamente, dado que as crises económicas são, neste capítulo, tratadas como parte essencial das contradições sistémicas fundamentais do capitalismo.

de poder e nas estruturas da produção e do emprego -; sensibilidade das bolsas de valores e de mercadorias a “más notícias” económicas, políticas e ecológicas; colapso de instituições financeiras; incapacidade de sectores do capital se reestruturarem para fazer face à redução da taxa de lucro; endividamento público e/ou privado excessivo e muito rápido, associado à mercantilização e financeirização dos serviços públicos e da segurança social, ou à expansão ou intenção de expansão excessivamente rápida da base produtiva, entre muitas outras razões (Fine & Saad-Filho, 2016). Naturalmente, a definição de crise económica é associada à suposta causa directa ou configuração específica de cada crise, de onde surgem denominações como a crise financeira, a crise dos produtos alimentares, a crise dos preços do petróleo, a crise da dívida soberana, entre outras. Nesta secção, abordamos as crises de forma mais sistemática, como parte orgânica do sistema de acumulação de capital e de reestruturação das condições de acumulação.

CIRCUITO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

O circuito de acumulação de capital industrial (ou circuito do capital) descreve, de forma abstracta, as principais relações, tensões e contradições sociais específicas ao modo de produção capitalista envolvidas no processo de acumulação de capital. Na sua versão simplificada, o circuito é organizado em duas esferas - produção e circulação - e revela como o capital-dinheiro (D') é convertido em mais capital-dinheiro (D') através do processo de produção, usando mercadorias (M), na forma de força de trabalho (FT) e meios de produção (MP), para gerar novas mercadorias (M') e, no processo de produção, produzir e extrair o lucro (tempo de trabalho não pago à força de trabalho), o qual é realizado na esfera da circulação quando M' é vendido e convertido em D' . Por sua vez, D' é depois partilhado entre facções do capital na forma de lucros (π), juros (i) e rendas (r), e esta partilha determina a porção de D' a ser aplicada em mais investimento produtivo (mais força de trabalho e meios de produção), em acumulação especulativa no sector financeiro ou em rendas, afectando, deste modo, as estruturas e escalas da produção e do emprego. Portanto, o circuito do capital consiste no seguinte conjunto de relações sociais:

$$[D \rightarrow M_{FT}^{MP} \rightarrow (\text{produção}) \rightarrow M' \rightarrow (\text{circulação}) \rightarrow D' \rightarrow (\text{circulação}) \rightarrow \{(\pi \equiv M''_{FT}^{MP}, C_c), i \equiv IBC, r\} \rightarrow (\text{produção}) \rightarrow \dots, \text{etc.}], \text{ em que } [D' = D + \Delta D, \text{ sendo que } D' > D \text{ se } \Delta D > 0; M' = M + \Delta M, \text{ sendo que } M' > M \text{ se } \Delta M > 0, \text{ e } \Delta D > \pi \text{ se } i > 0, \text{ e ou } r > 0]$$

em que $\Delta M (=M' - M)$ é o valor adicional do trabalho vivo aplicado na esfera da produção (uma parte do qual paga os custos médios de subsistência da força de trabalho, w , e outra parte é apropriada pelo capital em forma de mais-valia, a qual é, após realização na esfera da circulação e convertida em D' , dividida entre lucros (π , convertidos em mais FT e MP para iniciar um processo de produção mais amplo que o anterior, e/ou gasto no consumo dos capitalistas, C_c), em juros [i , que são convertidos em capital portador de juros, IBC , e em

rendas, r). Portanto, $\Delta M \equiv \pi + i + r + w$, pelo que quanto maior for a componente da mais-valia apropriada pelo capital ($\pi + i + r$), menor será a componente do seu próprio trabalho recebido pela força de trabalho ($w =$ remuneração da força de trabalho); quanto maior for a proporção da mais-valia ($\Delta M - w$) apropriada como juros (i) e rendas (r), menor será a quantidade de lucro industrial (π) disponível para ser convertido em investimento produtivo; e quanto maior for a proporção do consumo dos capitalistas (C_c), no lucro industrial, menor será a disponibilidade desse lucro para ser investido produtivamente (Marx, 1976, 1978, 1981).

As principais relações sociais, específicas ao modo de produção capitalista, imediatamente reveladas por esta versão simplificada do circuito do capital, são (i) entre facções do capital (financeiro e produtivo), pela apropriação da mais-valia gerada na esfera da produção ($\Delta M - w = \pi + i + r$); (ii) entre sectores da economia (produtores de bens de capital e de bens de consumo); e, o que é o mais importante, (iii) entre capital e trabalho (em que os trabalhadores, alienados da propriedade dos principais meios de produção e do seu próprio trabalho, vendem a sua força de trabalho (FT) ao capital, como mercadoria)².

As principais tensões e contradições sociais implícitas nesta versão simplificada do circuito do capital são (i) o poder do capital financeiro, sobretudo na forma de IBC (capital portador de juro), que pode determinar a mobilização e a alocação de crédito, decidir sobre a configuração específica das estruturas de acumulação, promover inovação e expansão do processo produtivo, ou definir a fracção do excedente, na forma de mais-valia, que lhe é devida e quando a deve apropriar, podendo, neste caso, desenvolver um conflito de interesse com o capital produtivo no que diz respeito à apropriação e à aplicação da mais-valia ($\Delta D - w$). Se os capitalistas usarem o dinheiro inicial (D) não só para adquirirem mercadorias (M), na forma de força de trabalho e meios de produção, mas para comprarem activos financeiros (títulos de dívida privada ou pública, as acções das suas próprias empresas, etc.), poderão obter mais lucros e dividendos independentemente dos níveis de produção e emprego nas suas empresas produtivas, e poderão investir menos na produção para deslocarem recursos para as transacções financeiras especulativas - neste caso, acumulação de capital fictício, em forma de títulos de dívida e/ou relacionados com especulação de expectativas futuras ainda não realizadas -, dominará o processo de acumulação de capital; (ii) a existência de um mecanismo de exploração dos trabalhadores, localizado no processo de produção, que permite ao capital, dentro dos limites das estruturas de acumulação (de produção, de competição e de luta de classes),

² Cada mercadoria tem valor de uso e valor, sendo o primeiro derivado da sua utilidade para o comprador e o segundo derivado do trabalho incorporado na mercadoria, ou o custo da sua reprodução. A mercadoria força de trabalho tem a particularidade de ter e de gerar valor, sendo a única mercadoria a fazê-lo, e ambos resultam da relação social entre trabalho e capital. O valor da força de trabalho, o custo da sua reprodução social, está relacionado com o seu valor de uso, que é a sua capacidade de gerar valor ou excedente para o capital, e ambos dependem de como o dia de trabalho é distribuído entre custo socialmente necessário (valor da força de trabalho) e lucro (valor adicional gerado pela força de trabalho que é apropriado pelo capital), o que, por sua vez, depende das estruturas de acumulação, nomeadamente das condições de produção, de competição e de luta de classes (Marx, 1976).

estabelecer e extrair o excedente e definir a sua utilização, porém sem conseguir evitar as tensões e contradições de classe que podem emergir e resultar na paralisação da produção, demandas relacionadas com as remunerações e outras condições de trabalho, etc.; (iii) a necessidade de realizar o excedente na esfera da circulação, o que cria a possibilidade de o nível de excedente realizado divergir significativamente, e com perdas, do nível de excedente produzido, isto é, na impossibilidade de os capitalistas realizarem o valor das mercadorias - isto pode acontecer se a competição conduzir, como frequentemente acontece, ao excesso de produção como resultado do aumento acumulado da produtividade do trabalho para reduzir custos e dar vantagens competitivas a cada capitalista (o resultado agregado deste processo pode ser uma crise de sobreprodução, com a consequência de impossibilitar a realização do valor das mercadorias por os preços de mercado caírem); (iv) o imperativo de reproduzir e expandir o circuito continuamente, ao longo do tempo, ou perecer como capital, o que compele os capitalistas a acumularem e, dado o carácter caótico da organização capitalista de produção, impede a resolução das crises de sobreprodução sem a destruição de capacidades produtivas, empregos e *stocks* de produção; (v) os ajustamentos justificados pelas crises de sobreprodução ou de dívida privada ou soberana ou pela especulação financeira são realizados por via da austeridade fiscal, monetária e social, que conduz ao subconsumo por causa da destruição ou subutilização da capacidade produtiva, do desemprego, dos cortes nos salários reais, nas pensões e em outras transferências sociais, e no investimento público. As crises de subconsumo podem ser enfrentadas por soluções keynesianas (por exemplo, promoção do consumo agregado por via do aumento do investimento público doméstico em grande escala - como fez a China na primeira década e meia do século XXI, quando as suas exportações reduziram dramaticamente por efeito da contracção das economias importadoras), que correm o risco de conduzirem ao pleno emprego e ao aumento do poder negocial das classes trabalhadoras, bem como a crises de sobreprodução, dois efeitos que afectam negativamente a taxa de lucro, ou o risco de nova crise de dívida, privada ou pública. Outra forma de enfrentar as crises de subconsumo é pela expansão da economia de crédito, o que conduz ao excessivo empoderamento do sector financeiro e à

financeirização da economia (Fine, 2010; Fine & Saad-Filho, 2016; Marx, 1976, 1978, 1981)³. Cada uma das relações sociais, tensões e contradições descritas acima é parte orgânica e dinâmica tanto da expansão como das crises das economias capitalistas.

CRISES ECONÓMICAS E O CIRCUITO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Para a economia política clássica, a crise económica que se mantém além do tempo necessário para o ajustamento dos mercados é um fenómeno financeiro. Na sua óptica, o excesso de produção sobre o consumo é irracional, pois se o objectivo último da produção é o consumo, então o objectivo de vender uma mercadoria é o de poder comprar outra, pelo que o mercado ajusta a oferta à procura. Além disso, o excesso de produção que possa acontecer num ramo da economia é compensado por défice noutra, pelo que o mercado transfere capital do primeiro ramo, onde a taxa de lucro é mais baixa, para o segundo ramo, onde a taxa de lucro é mais alta, assim reciclando a crise, restaurando as proporcionalidades na produção e repondo a igualdade da taxa de lucro em todos os sectores. Portanto, na óptica clássica, crises são fenómenos passageiros, rapidamente reciclados e eliminados pelo mercado, pelo que uma crise só pode prolongar-se se for sustentada de forma “não-natural”, o que apenas pode acontecer por via da expansão especulativa do crédito (Clarke, 2012).

Para a economia política marxista, a crise económica não é uma divergência acidental da norma de crescimento proporcional, a ser eliminada facilmente por via da competição, mas uma característica normal, contínua, inevitável e essencial da produção capitalista e, dialecticamente, é simultaneamente causa e efeito da competição capitalista. As crises podem acontecer por interrupções do circuito do capital na esfera da produção se a massa dos trabalhadores parar a produção por um longo período (por exemplo, em acção sindical por

³ Neste artigo, definimos a financeirização não apenas como um aumento da expansão e extensão do sector financeiro, mas também como a crescente subordinação da acumulação real - a produção de mais-valia - à acumulação fictícia, que consiste em reivindicações sobre títulos de dívida, obrigações e sobre a mais-valia ainda por produzir, mas “comercializada” nos mercados financeiros como expectativas, bem como a integração da acumulação real no domínio do capital portador de juros (Ashman, Fine, & Newman, 2011; Fine, 2010; Hilferding, 1981; Marois, 2012; Marx, 1981). Bens reais, como terras, concessões mineiras, recursos energéticos e infra-estrutura são transformados em activos financeiros e negociados nos mercados financeiros globais, tornando assim a propriedade e o controle sobre aqueles recursos, juntamente com a expectativa de fluxos de renda futuros resultantes da extração e a liberdade de negociá-los, no verdadeiro negócio da economia dominada pelas dinâmicas de financeirização (Castel-Branco, 2017, 2022; Castel-Branco & Maia, 2022). As empresas investem nesses recursos e utilizam-nos como instrumento para mobilizar financiamento internacional, e o Estado adequa as suas prioridades políticas à medida para garantir e proteger a propriedade e o controle privados dos recursos estratégicos, promover expectativas e transacções futuras sobre recursos ainda por explorar, e para absorver custos e resgatar corporações - ou prometem fazê-lo - se os seus planos de negócios falharem (Castel-Branco, 2014, 2020, 2022; Castel-Branco & Maia, 2022).

baixos salários e pela deterioração do poder de compra, da intensificação do trabalho⁴, da deterioração das condições contratuais e da redução do acesso a serviços e bens básicos para a sua reprodução social⁵), ou se surgirem problemas inesperados com o processo produtivo (como um desastre natural ou mudanças tecnológicas significativas que se confrontem com a escassez de recursos financeiros para as adoptar). No entanto, geralmente as crises acontecem por rupturas no circuito do capital que ocorrem na esfera da circulação, onde a mais-valia é realizada (por via das vendas/compras), o capital é mobilizado e a força de trabalho e os meios de produção são adquiridos (Clarke, 2012; Fine & Saad-Filho, 2016; Marois, 2012).

Uma causa frequente da crise económica é os capitalistas não conseguirem vender as mercadorias sem incorrerem em perdas significativas (excesso de oferta ou défice de procura), o que se reflecte em cortes na produção e no emprego, falências, incapacidade de servir dívidas e maior concentração (redução do número de empresas) e centralização (aumento da escala das empresas) de capital, podendo resultar numa cadeia de incerteza e ruptura no circuito do capital à escala da economia, com cada vez maior desarticulação entre produção e consumo. Recordemo-nos que o objectivo da produção capitalista não é satisfazer as necessidades dos consumidores, mas a acumulação de capital, o que requer a contínua realização de lucros cada vez maiores, o que é feito com a *produção* (na esfera da produção) e a *realização* (na esfera da circulação) do lucro (sem a produção a realização não pode acontecer; sem a realização o processo de acumulação não se concretiza nem se reproduz) (*ibid.*).

A introdução de novos métodos de produção é a forma principal para aumentar os lucros (e a forma principal de competição capitalista), pois permite reduzir custos e realocar fracções maiores da produção para acumulação de capital, reduzindo, ao mesmo tempo, o tempo necessário para produzir a subsistência e a reprodução social da força de trabalho. Mas os novos métodos não se destinam a aliviar o esforço dos trabalhadores, nem os novos produtos são introduzidos para satisfazer necessidades humanas essenciais, pois a acumulação de capital é marcada pela contínua criação de novas necessidades, pela polarização entre riqueza e pobreza e pela coexistência entre trabalho intensivo, duro e prolongado, novos métodos de produção e desemprego. O capitalista que consiga reduzir custos relativamente aos competidores produz tanto quanto pode, tanto para

⁴ Intensificação do trabalho difere de aumento da produtividade do trabalho. A intensificação do trabalho consiste na produção de mais excedente sem modificar os métodos de produção além da imposição da disciplina requerida para que o trabalhador trabalhe mais arduamente e por mais tempo (mais horas, menos intervalos, mais energia gasta por cada trabalhador, etc.). A produtividade do trabalho, por sua vez, está associada à introdução de novos métodos de produção, em que os trabalhadores tomam conta de máquinas e, frequentemente, têm o seu ritmo de trabalho ditado pelo ritmo imposto pela tecnologia e equipamento, resultando na redistribuição do tempo de trabalho a favor do capital, dado que o tempo socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho (tempo necessário para produzir o que o trabalhador retém para si) reduz. Em ambos os casos, o lucro pode aumentar no primeiro caso, pela imposição de um dia de trabalho mais longo e mais difícil para os trabalhadores; no segundo caso, pela redução do tempo socialmente necessário para reproduzir a força de trabalho (pagar os seus custos) de modo a aumentar a porção do trabalho apropriada pelo capital como lucro.

⁵ Como acontece com a implementação de programas de austeridade social, geralmente introduzidos para aumentar a taxa de lucro do capital (para reduzir impostos sobre o capital ou para realocar a despesa pública a favor do capital).

atingir a escala de produção tornada possível pelos novos métodos de produção e penetrar o mais possível no mercado, como para expulsar alguns competidores, os que não consigam inovar tão rapidamente (por terem menos recursos ou por qualquer outro motivo) (*ibid.*). Como resultado da competição, a oferta excede a procura e os preços caem. A tendência para o excesso de produção é uma realidade diária da produção capitalista, em que os capitalistas, sob risco de extinção, são obrigados a expandir a produção, a introduzir novos métodos que permitam cortar custos e a gerar novos produtos que permitam criar procura e expandir mercados. Eventualmente, com a falência de alguns competidores, obrigados a encerrar as actividades e a despedir trabalhadores, a oferta é transitoriamente realinhada com os limites da procura e as taxas de lucro aumentam, mas à custa da concentração e centralização do capital num menor número de empresas maiores e do aumento do desemprego. Se este processo se expandir de um para mais sectores, então uma crise à escala da economia pode emergir, com o processo de reestruturação (concentração e centralização de capital e aumento do desemprego) a generalizar-se (*ibid.*).

Esta reestruturação do capital vai além da esfera da produção e alarga-se à economia em geral (por exemplo, aos mercados, às finanças e à distribuição do rendimento), à organização espacial (por exemplo, às relações entre o campo e a cidade, entre regiões mais e menos desenvolvidas e às relações internacionais), e à reprodução e transformação social (como a casualização, informalização ou flexibilização do emprego, ou empobrecimento de camadas das classes trabalhadoras). Um instrumento fundamental deste processo de reestruturação é o sistema de crédito, que é capaz de mobilizar unidades financeiras mais pequenas e redistribuí-las em escala maior, e pode promover ou retrainir as opções de reestruturação e inovação do processo de acumulação (*ibid.*).

Durante o período de crise e de ajustamento, a taxa de lucro cai e as respostas à crise, a direcção do ajustamento, são no sentido de repor e aumentar a taxa de lucro, o que tende a conduzir a maior concentração e centralização do capital, mais desemprego ou substanciais reduções nos salários e na oferta de serviços e bens básicos para a reprodução social da força de trabalho (e, portanto, do capital), como a segurança social, o acesso a serviços de educação, de saúde e de transporte, etc. (*ibid.*).

Desta forma, crises económicas não são acidentes nem apenas possibilidades, mas necessidades essenciais e inevitáveis do próprio processo de acumulação de capital, que resultam directamente da natureza e dos objectivos da produção capitalista e que permitem reestruturar o capital para elevar as taxas de lucro. Estas rupturas podem ser involuntárias (como é o caso das flutuações nos mercados globais ou de avanços tecnológicos que obriguem à destruição de forças produtivas mais antiquadas ou à substituição de uns produtos por outros) ou voluntárias (como é o caso dos capitalistas que, inovando, baixam os custos de produção e inundam o mercado para destruir a concorrência). Na prática, estas crises são voluntárias para uns

capitalistas (por exemplo, os que inovam e apostam na concentração e centralização do capital) e involuntárias para outros (por exemplo, os que são levados à falência pelo processo de inovação, concentração e centralização de capital) (*ibid.*).

A dinâmica da economia capitalista integra contra tendências à concentração e centralização de capital, que resultam precisamente do processo de inovação (introdução de novos produtos com características diferentes, introdução de novos processos que resultem na redução de custos de produção e na possibilidade de combinar a escala com a variação do leque de produtos, etc.). A dinâmica de inovação pode estimular a emergência de novas empresas que, transitoriamente, desafiam e travam a monopolização dos mercados. No entanto, o sucesso destas novas empresas, no modo de produção capitalista, depende da sua capacidade de crescerem e de se tornarem suficientemente grandes e dominantes num ramo, numa indústria, num mercado, numa tecnologia ou na economia, a ponto de beneficiarem de economias de escala, do acesso privilegiado a finanças, de relações dominantes com fornecedores e clientes e do espaço e da capacidade para continuarem a inovar (produtos e processos) para se manterem no mercado. Se não o conseguirem, ou desaparecem ou são adquiridas por outras e tornam-se parte de uma grande corporação. Assim, o modo de produção capitalista gera, continuamente, dinâmicas de inovação e destruição das forças produtivas e dos produtos, com o objectivo de acumular capital (criando e reestruturando novas necessidades e nova procura, em vez de satisfazer as necessidades existentes), resultando numa relação dialéctica entre as tendências de concentração e centralização de capital e as suas contra tendências, transitórias, nomeadamente a emergência de novas empresas, ramos e indústrias, cuja sobrevivência e sucesso, como capitalistas, depende da sua capacidade de se tornarem dominantes no futuro (*ibid.*).

As rupturas do circuito do capital podem resultar também de tendências especulativas, na medida em que capitalistas podem não comprar ou vender mercadorias, e podem não usar a capacidade produtiva que controlam porque antecipam ou especulam sobre a probabilidade de os preços do que compram baixarem e os preços do que vendem subirem. Alternativamente, se as previsões dos preços forem opostas às mencionadas (subirem os preços do que compram e baixarem os do que vendem), os capitalistas podem inundar os mercados com as suas mercadorias (fazendo cair os preços para todos), ou tentar comprar em excesso (fazendo subir os preços para todos). Estas dinâmicas especulativas sobre preços futuros de mercadorias provocam instabilidade e volatilidade nos mercados e podem resultar em crises de grandes proporções (*ibid.*).

Uma das formas como os capitalistas tentam estabilizar mercados, para proteger a sua capacidade de realizar lucros e acumular capital, é pelo estabelecimento de acordos de compra e venda, de médio ou longo prazo, com fornecedores e clientes, em que quantidades, qualidade e preços são negociados para um certo período. Isto conduz a mais concentração e centralização de capital por via quer da integração vertical e diversificação horizontal das

empresas (assim internalizando os mercados), quer pela superação das barreiras tradicionais das empresas através da forma como clientes e fornecedores se relacionam fora do mercado, tornando o processo e a cadeia de produção e realização de mais-valia concentrados e centralizados (Castel-Branco, 2016b). Em qualquer dos casos, o ajustamento à crise gerada por esta via resulta na destruição de forças produtivas e de produtos e no desemprego, bem como na concentração e na centralização de capital, através quer da formação de empresas maiores quer da integração de processos produtivos e comerciais em redes maiores e mais bem articuladas.

Os produtos primários, em estado bruto ou semiprocessados (minerais e energéticos, agrícolas e florestais, da pesca, etc.), são particularmente sensíveis às tendências especulativas e à volatilidade dos mercados. Com excepção dos hidrocarbonetos, os produtos primários são mais susceptíveis de serem substituídos pelo avanço tecnológico e a sua procura é pouco sensível (pouco elástica) relativamente a variações no rendimento e nos preços. De facto, à medida que o rendimento aumenta, o peso destes produtos no consumo diminui. Do mesmo modo, para que a procura aumente é necessário que os preços baixem mais do que proporcionalmente. Além disso, os padrões de produção criados pelo capitalismo global geraram monopólios que controlam a produção, a comercialização, o transporte, a armazenagem, a transformação, a venda e a revenda, a tecnologia, as finanças e a finalidade destes produtos, tornando-os presas fáceis da especulação internacional. Por conseguinte, a maioria dos produtores destes produtos tem pouco ou nenhum controlo sobre as tendências dos mercados, nomeadamente sobre os preços, a especulação e a manipulação da procura e da oferta, ganham pouco, mas perdem muito, e estão sujeitos ao poder das corporações que controlam as cadeias de produção, comércio, tecnologia e finanças.

A diferença entre os hidrocarbonetos e os restantes produtos primários reside na elevada elasticidade da sua procura em relação ao rendimento quando este sobe, e à menor elasticidade quando o rendimento baixa. Isto quer dizer que quando aumenta, o peso dos hidrocarbonetos na estrutura do consumo aumenta mais do que proporcionalmente (por exemplo, porque a família deixou de andar a pé, de bicicleta ou de transporte público e passou a utilizar um carro privado, porque as fábricas trabalham em pleno, ou porque o transporte de mercadorias e passageiros expande), mas quando o rendimento reduz, a redução no consumo de bens e serviços intensivos em hidrocarbonetos reduz menos do que proporcionalmente (por exemplo, as famílias podem deixar de andar de carro privado, mas continuam a precisar de produtos e serviços baseados em hidrocarbonetos para cozinhareem e terem luz artificial, etc.). A economia moderna é intensiva em hidrocarbonetos, e isso transforma o petróleo, o gás natural e o carvão em mercadorias estratégicas e preciosas, mas também por isso, sujeitas a especulação global. Mais importante do que as várias manifestações de crises é entender a sua essência, ou a sua causa fundamental, que é o resultado da contradição entre a tendência do capitalismo de

desenvolver, sem limites, as forças produtivas e, na sequência disso, expandir a mais-valia a ser realizada, e os limites sociais do consumo. Nestas circunstâncias, a estabilidade do sistema requer que uma porção cada vez maior da produção seja consumida pelos capitalistas (em consumo de luxo ou mais investimento), mas isto nem sempre é possível, pois há limites sociais objectivos gerados por uma série de factores ligados às estruturas de acumulação, nomeadamente as estruturas e as condições de produção, de competição e da luta de classes. Portanto, o capitalismo tende a ser instável e propenso a crises, e a crise explode quando a produção expande além das possibilidades de realização (venda) lucrativa, isto é, quando a mais-valia gerada na produção não pode ser realizada na esfera da circulação (Fine & Saad-Filho, 2016).

A discussão da crise económica internacional, que também é interpretada como resultado do funcionamento defeituoso do sistema financeiro, tem de ser capaz de localizar a desaceleração da expansão da economia global, marcante nos últimos quarenta anos, nas características e manifestações específicas que esta crise adquiriu, em especial o avanço da financeirização do capital. O que define a financeirização na época actual é a expansão e o domínio do capital usurário (portador de juros) por toda a economia, incluindo às operações financeiras de corporações industriais putativamente independentes e à mercantilização de novas áreas e oportunidades de lucro na prestação de serviços públicos, através da privatização, terceirização e securitização dos serviços de saúde, educação, transporte, segurança pública, habitação, segurança social, crédito para o consumo individual, etc. Neste sentido, o capital usurário, com apoio do Estado, promove activamente a acumulação de capital fictício à custa da acumulação de capital real, destrói e reestrutura activos reais e decide sobre a alocação de crédito com base na prioridade de garantir os retornos financeiros de curto prazo para os accionistas e os credores (*ibid.*). Embora altamente lucrativa para capitalistas e corporações individuais, a curto prazo, a financeirização é disfuncional para a acumulação de capital em geral. A intervenção do Estado em nome de/e para resgatar o capital financeiro das consequências da financeirização reflecte a subordinação do Estado aos mercados financeiros: (i) o elevado custo da intervenção do Estado, sem precedentes na história do capitalismo, fragilizou-o e tornou-o incapaz de prosseguir políticas económicas e sociais mais amplas; (ii) em geral, o Estado atacou directa e brutalmente as conquistas sociais e as condições básicas de reprodução da força de trabalho, pondo em causa a educação, a saúde, os sistemas de segurança social, o emprego, num momento histórico em que a crise, por causa do desemprego, enfraqueceu a organização, a mobilização e a capacidade de acção das classes trabalhadoras, etc.; (iii) ao fazer este ataque ao sistema social e o resgate do sistema financeiro, o Estado não só ajudou o processo de concentração e centralização de capital (fictício) como exacerbou as condições de especulação e “ofereceu” ao capital financeiro oportunidades de expandir para novas áreas em que acumulação de activos financeiros pode ser realizada. Um exemplo disto é o que aconteceu com o ataque aos

serviços sociais, que foram privatizados, terceirizados e securitizados à medida que o Estado implementava programas draconianos de austeridade social (*ibid.*).

A tendência para a crise é inerente ao modo capitalista de produção, mas cada crise é singular nas suas manifestações concretas, que decorrem das características e configurações específicas do processo de acumulação de capital em cada local e período histórico (Clarke, 2012). Para a explicação de crises específicas, o importante é entender como a sua essência – a subordinação da produção de valores de uso à produção de mais-valia – se manifesta através das desproporções na produção, excesso de produção, défice de consumo ou redução das taxas de lucro (Fine & Saad-Filho, 2016).

As crises periódicas do capitalismo revelam os limites do modo de produção capitalistas, mas em si mesmas, não o destroem – a destruição e desvalorização de produtos e forças produtivas, a criação e a conquista de novos mercados e a exploração mais meticulosa de mercados já existentes, as pressões sobre a força de trabalho, cuja organização e acção são enfraquecidas pelas crises e ondas de desemprego ou deterioração das condições de emprego, removem barreiras ao desenvolvimento das forças produtivas e abrem o caminho simultaneamente para a renovação do processo de acumulação, maior concentração e centralização de capital e crises de excesso de produção ainda maiores. Embora as dinâmicas que criam as crises também criem o trabalho organizado, força social antagonista ao capital, as crises também desorganizam o trabalho e põem em causa as suas conquistas sociais, pelo que, separadas de outros factores sociais e históricos concretos, as crises não representam, em si, o fim do capitalismo (Clarke, 2012; Fine & Saad-Filho, 2016; Harvey, 2015).

ONDAS DE EXPROPRIAÇÃO DO ESTADO: UMA TEORIA DAS CRISES NA TRANSIÇÃO CAPITALISTA NEOLIBERAL EM MOÇAMBIQUE

Esta secção oferece e discute a narrativa lógica histórica das crises de acumulação capitalista em Moçambique, com foco no período pós-1987, quando a introdução do Programa de Reabilitação Económica (PRE), inspirado no Consenso de Washington e nos pacotes de ajustamento e estabilização do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), abriu as portas à ruptura com a estratégia de acumulação centrada no Estado (Castel-Branco, 2022; Castel-Branco & Maia, 2022) e à emergência do capitalismo neoliberal em condições históricas específicas.

Por acumulação centrada no Estado entendemos o modelo em que o Estado tentou tornar-se no principal agente e motor do desenvolvimento económico por meio de uma combinação de propriedade e controle de activos produtivos como terra, infra-estrutura e indústrias e empresas estratégicas, a administração e supervisão de empresas privadas nas quais o estado detinha acções, planeamento central da produção e controle do comércio e dos preços. O

sistema financeiro foi nacionalizado e as políticas monetária e financeira foram subordinadas aos objectivos do planeamento central (Castel-Branco, 2017, 2022; Cramer, 2001; Wuyts, 1989). A transição da acumulação centrada no Estado para a acumulação privada teve início nos finais da década de 1980, a meio de uma profunda e extensa crise económica (*ibid.*) e no auge da guerra de desestabilização travada entre a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) e o Governo de Moçambique (GdM), que durou 16 anos. Em Janeiro de 1987, o Governo iniciou a implementação do Programa de Reabilitação Económica (PRE), elaborado sob a liderança do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, para fazer face à crise económica dos anos 1980 (*ibid.*). Os objectivos enunciados eram travar o declínio económico promovendo o ajustamento estrutural através da privatização e da liberalização do mercado, a estabilização financeira através da austeridade nas despesas públicas e na oferta de crédito à economia para reduzir a inflação, e a liberalização financeira (Banco Mundial, 1985, 1990a, 1990b). Reflectindo o *Consenso de Washington* clássico, voltado para a austeridade, o PRE seguiu a filosofia dominante do relatório Berg (Berg *et al.*, 1981) e do seu mantra de “manter os preços correctos” (*keeping prices right*), que quer dizer preços definidos pelo mercado livre, que o equilibram e que revelam as vantagens comparativas implícitas na economia, dada a dotação relativa de factores.

As medidas do PRE eram justificadas pela explicação oficial das causas da crise dos anos 1980: as causas endógenas (internas ao sistema, sobre as quais é possível agir por via de política), nomeadamente a centralização excessiva e o controlo do Estado sobre a economia, e a guerra; e as causas exógenas (externas ao sistema, que são dadas, sobre as quais a política nacional não tem impacto), particularmente as calamidades naturais e a deterioração dos termos de troca dos produtos primários de exportação (Banco Mundial, 1990a, 1985; GdM, 1988, 1990). Pela lógica da argumentação, as causas exógenas são ignoradas no programa de reforma económica, pois são dadas de fora do sistema e sobre elas as políticas nacionais têm pouco ou nulo impacto (nem as condições climáticas, nem os termos de troca das exportações são afectados pela política pública em Moçambique, segundo esta abordagem). Logo, esta análise das causas da crise forneceu a justificação para a adopção de um PRE neoliberal, focado exclusivamente na liberalização, na privatização e no combate à inflação, isto é, exactamente o oposto do sistema de acumulação centrado no Estado. Às reformas económicas juntaram-se as negociações de paz, que implicaram a adopção de uma Constituição liberal, que reforçou o princípio de gestão neoliberal da economia. Neste processo, foram ignoradas quaisquer considerações históricas e sociais sobre as estruturas de acumulação, de reprodução social e de rentabilidade, os padrões de especialização, os contextos económicos e políticos nacionais e internacionais, e a necessidade de construir alternativas nacionais para os chamados problemas exógenos, nomeadamente a minimização dos efeitos das condições climáticas e a redução da dependência da exportação de mercadorias primárias cujos termos

de troca seguem uma tendência secular de deterioração e que introduz mais volatilidade macroeconómica.

Pode, e deve, questionar-se porque é que não foi possível articular e avançar uma estratégia progressista, não neoliberal, para lidar com e superar a crise do sistema de acumulação centrada no Estado. Não é intenção deste artigo discutir esta questão em profundidade, mas é possível formular algumas hipóteses de resposta. Por um lado, mais de uma década de controlo burocrático e autoritário do Estado e do Partido sobre todos os aspectos da sociedade – incluindo a subordinação dos movimentos operários e sindicais e dos camponeses aos ditames do partido e da sua política económica oficial, e a abordagem dualista, por vezes violenta, da questão e da transformação agrária (Bowen, 2000; CEA, 1979; O’Laughlin, 1996,1981; Wuyts, 1989, 1981) – impediram o desenvolvimento da aliança operário-camponesa e o surgimento de uma alternativa heterodoxa, socialista, democrática e viável à crise (Castel-Branco, 2022). Por outro lado, a combinação do cerco das grandes economias capitalistas a Moçambique, no contexto da “guerra fria”, e a indisponibilidade da Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME)⁶ de fornecer o apoio financeiro à escala requerida, levou à necessidade imperiosa da estratégia moçambicana de “romper o cerco”, que requereu a submissão às instituições de Bretton Woods e à sua ideologia neoliberal, e a adopção da Constituição liberal, que consagrou os princípios do neoliberalismo económico.

Na altura, as classes capitalistas nacionais eram quase inexistentes. O Estado precisava, portanto, de as criar e alimentar, de modo a promover o capitalismo local, pois de outra forma, a mudança para a acumulação privada teria favorecido os capitalistas estrangeiros e os comerciantes locais ou especuladores de origem asiática. Esta possibilidade era inaceitável para as elites políticas negras que se tinham formado e desenvolvido, principalmente durante a década de acumulação centrada no Estado. As condições e características historicamente específicas do desenvolvimento do capitalismo nacional em Moçambique, nomeadamente a década de acumulação centrada no Estado que o tornou no principal detentor de propriedade, exigiam que o apoio do Estado ao desenvolvimento das classes capitalistas nacionais também patrocinasse a expropriação do Estado e dos seus recursos públicos, bem como das suas capacidades e instrumentos de política. Este processo ocorreu através de quatro vagas diferentes de expropriação (Castel-Branco, 2022, 2017, 2014).

A primeira vaga de expropriação do Estado, a privatização de empresas públicas, ocorreu entre meados da década de 1980 e meados da década de 1990. Através de um programa

⁶ A CAME/COMECON (1949–1991), Conselho de Ajuda Mútua Económica, foi uma organização inter-estatal através da qual os membros, na sua maioria antigos países socialistas, tentaram coordenar actividades económicas de interesse mútuo e desenvolver a cooperação económica, científica e técnica multilateral. A organização incluía dez membros efectivos [a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a República Democrática Alemã (RDA), a Bulgária, Cuba, a Checoslováquia, a Polónia, a Roménia, a Hungria, a Mongólia e o Vietname], um membro associado, a Jugoslávia, e doze membros com estatuto de observador, um dos quais, Moçambique.

de privatização em grande escala, que envolveu cerca de 1500 empresas estatais, bem como acções estatais em mais 1500 empresas privadas, foi criado um grupo social de proprietários privados nacionais de bens produtivos. Este novo grupo social adquiriu cerca de 80% dos bens privatizados e beneficiou de um grande subsídio público informal, uma vez que, em média, os compradores não pagaram mais de 20% dos preços de venda acordados para as empresas sem terem de enfrentar quaisquer implicações legais sérias (Cramer, 2001; UTRE, 1999, 1996). Os processos simultâneos de privatização, liberalização dos mercados, austeridade financeira e controlo da oferta monetária, a par da retirada do apoio do Estado ao desenvolvimento das capacidades produtivas, sem consideração pela depreciação e obsolescência da maioria dos activos privatizados, impediram a nova burguesia negra de se consolidar, e de reproduzir e acumular capital.

Simultaneamente, o levantamento das sanções internacionais contra a África do Sul, após o fim oficial do *apartheid*, na primeira metade dos anos 1990, levou à expansão do capital industrial, financeiro e comercial sul-africano, mais poderoso, por toda a região da África Austral, o que foi devastador para os novos capitalistas moçambicanos emergentes.

Não constitui surpresa, pois, que no espaço de cinco anos após o programa de privatização, mais de metade das empresas privatizadas tenha falido (*ibid.*). No contexto do neoliberalismo, não foi dada aos capitalistas nacionais emergentes a possibilidade de sobrevivência, e muito menos de reprodução.

Desgastados pela liberalização do mercado e políticas monetárias restritivas, considerados como os dois principais culpados da crise de acumulação, estes grupos de capitalistas emergentes apoiaram plenamente uma mudança para aquilo a que chamaram capitalismo nacionalista, o que exigiu a redução gradual da liberalização do mercado – à excepção do mercado de trabalho, em que uma maior liberalização enfraqueceu qualquer forma de movimentos laborais organizados – e o envolvimento directo com as empresas multinacionais para acederem ao financiamento e para aumentarem e realizarem o valor financeiro da posse dos recursos estratégicos e o controlo da capacidade de influenciar as políticas e prioridades do Estado (Castel-Branco, 2017, 2022). Deste modo, a crise na acumulação de capital, resultante da primeira vaga de expropriação do Estado, levou à segunda vaga, que pode ser entendida como uma forma de contornar as barreiras à acumulação de capital que se tinham desenvolvido com a primeira vaga.

A segunda vaga de expropriações do Estado (década de 2000 em diante) consistiu na privatização e oferta de concessões para exploração de recursos energéticos e outros recursos naturais estratégicos na posse do Estado, e destinava-se a atrair grandes capitais estrangeiros para reacender o projecto nacional-capitalista em Moçambique. Dadas as insuficiências da primeira vaga, o Estado teve de enfrentar duas questões: como atrair capital multinacional de grande dimensão e dominante internacionalmente, e como garantir que os capitalistas

nacionais beneficiassem desse capital multinacional e monopolista. A resposta a estas questões foi disponibilizar recursos naturais estratégicos (minerais, energéticos, terra e florestas) e infra-estruturas públicas (tais como caminhos-de-ferro e portos) a empresas multinacionais – Eni, Anadarko, ExxonMobil, Sasol, Vale do Rio Doce, Rio Tinto, entre outras, no gás natural e no carvão; Gemfields, nas pedras preciosas; Kenmare e Ding Seng, nas areias pesadas; Syrah Resources, GK Graphite Mine, Grafex, Suni Resources, na exploração de grafite, etc. – envolvendo capitalistas moçambicanos como intermediários na transacção, dando-lhes assim acesso a rendas de transacção, que, de outra forma, teriam sido apropriadas pelo Estado, a acções e a cargos de administração. O capital multinacional foi atraído pelos recursos naturais estratégicos de alto valor; parte destes recursos foi facilmente convertido em activos financeiros e acções comercializados como tal nas bolsas internacionais, proporcionando a rápida recuperação dos custos de prospecção e exploração, a redução de riscos e lucros financeiros elevados de natureza especulativa (*ibid.*; Melina & Xiong, 2013). A gestão e o controlo das infra-estruturas públicas reduzem o custo global do investimento e de operação. Sem surpresa, a segunda vaga de expropriação do Estado atraiu empresas multinacionais de várias indústrias extractivas.

Os recursos naturais estratégicos foram privatizados a um custo muito baixo, de tal forma que os custos de intermediação, ou de se ter acrescido uma renda para os capitalistas nacionais, não iriam impedir as multinacionais de manter o seu interesse no negócio. Incentivos fiscais redundantes e em larga escala eram um preço que o Estado estava disposto a pagar, para garantir 20% das acções nos grandes projectos, que mais tarde foram redistribuídos pelos capitalistas nacionais. A grande dimensão das concessões permitiu às multinacionais recapitalizar – ou seja, recuperar os seus custos de investimento inicial e obter um lucro especulativo antes mesmo do início da produção – vendendo parte das suas concessões nos mercados bolsistas internacionais. Esta possibilidade de recapitalização através de reivindicações de propriedade comercial encorajou uma luta pelos recursos naturais estratégicos de Moçambique e restringiu o investimento privado ao complexo extractivo central – areias minerais, petróleo e gás natural, carvão, florestas, terras e uma gama reduzida de outros minerais e metais –, bem como a um grupo reduzido de mercadorias agrícolas para exportação, como o tabaco, banana, madeira e açúcar, resultando assim num padrão mais afunilado de especialização económica. Ao mesmo tempo, também promoveu a financeirização de recursos naturais e infra-estruturas cujas acções e propriedade poderiam ser negociadas entre multinacionais na bolsa de valores com vista à obtenção de lucros sem produção. A Autoridade Tributária de Moçambique tinha registado, até 2015, duas dúzias destes casos de revenda parcial das concessões de recursos naturais nacionais pelas empresas concessionárias nos mercados bolsistas internacionais, com um valor total de transacção superior a 30 mil milhões de dólares (Castel-Branco, 2022, 2020; Catembe.com, 2015). Um exemplo clássico deste processo de financeirização de activos reais ocorreu na indústria

do carvão. A Riversdale era uma empresa australiana, cotada no S&P/ASX 200, especializada em mineração de carvão em África, com três grandes accionistas: Indian Tata Steel, empresa siderúrgica brasileira CSN, e Passport Capital, que já não existe. Em 2010, a empresa anglo-australiana Rio Tinto, que era a segunda maior empresa da indústria mineira e metalúrgica mundial, apenas atrás da BHP Billiton, adquiriu uma participação maioritária na Riversdale. No mesmo ano, a Riversdale assinou um acordo com a empresa chinesa Wuhan Iron and Steel para desenvolver conjuntamente a concessão de carvão em Benga, perto de Moatize, província de Tete. Um ano mais tarde, e após nenhum investimento adicional significativo, a Riversdale vendeu 51% das suas acções na concessão de Benga à Rio Tinto por cerca de quatro mil milhões de dólares, o equivalente a quatro vezes o valor total da sua cotação na bolsa australiana antes da aquisição da concessão do carvão em Tete. As acções da Riversdale foram reavaliadas por um factor de oito num ano, apenas através da financeirização de activos reais e da especulação com esses activos na bolsa de valores australiana (VCCircle 2020). Entretanto, a Wuhan Iron and Steel vendeu as suas acções na Riversdale à Rio Tinto por 1,2 mil milhões de dólares, o dobro do total que tinham investido como accionistas (*ibid.*). Dez anos mais tarde, a produção nesta mina de carvão ainda não teve início.

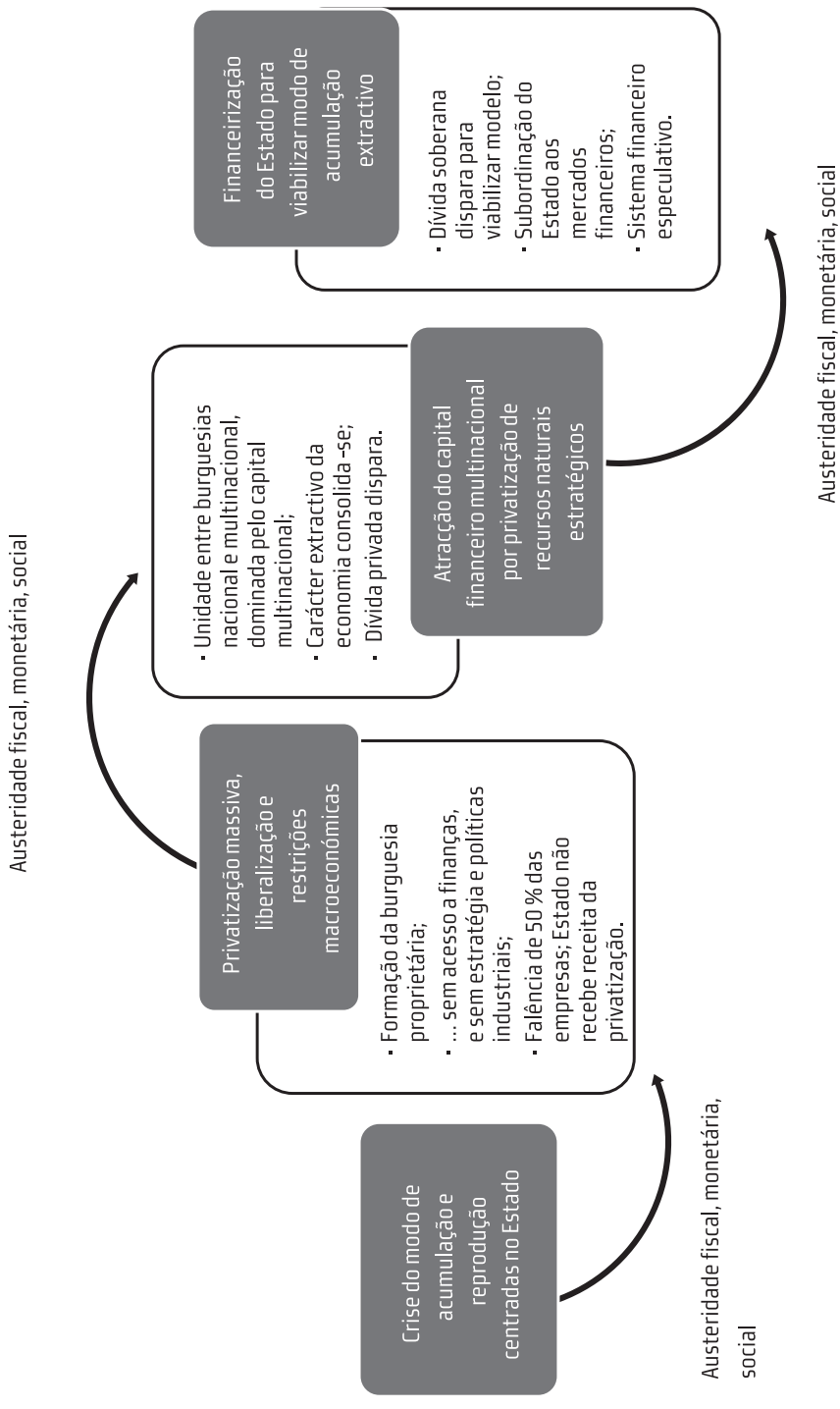
Outro exemplo clássico do controlo do capital estrangeiro sobre a política e os recursos estratégicos nacionais com o intuito de lucrar por financeirização, mas de um tipo diferente do mencionado acima, é a terceirização da gestão da concessão do Porto e terminais de Pemba e Palma, relacionada à extracção e processamento do gás natural da bacia do Rovuma, a um fundo internacional de investimento sem experiência previa de gestão de logística de transporte e armazenamento nesta escala. O contrato da concessão foi atribuído pelo Governo de Moçambique a uma empresa privada, Portos de Cabo Delgado (PCD), chefiada por uma figura da elite política e financeira nacional, sem concurso público, alegadamente, segundo o Governo, devido à urgência em estabelecer as infra-estruturas logísticas para o gás natural. A PCD subcontratou o grupo financeiro Orlean Invest, liderado pelo italiano Gabriel Volti e pelo nigeriano Atiku Abubakar, para implementar o projecto associado à concessão. O contrato confere poder de monopólio ao concessionário e, pela subcontratação, ao sub-concessionário, sobre os terminais de Pemba e Palma, mas também impede o Governo de exercer ou conceder direitos de apoio logístico e portuário para a exploração de petróleo e gás até 300 milhas a sul de Pemba, ou seja, incluindo o porto de Nacala. O facto de a subcontratação fazer parte do contrato de concessão original entre a PCD e o Governo sugere que desde o início a PCD era uma entidade intermediária rendeira e que o Governo sabia disso. O facto de o sub-concessionário ser um grupo financeiro e não uma empresa com experiência e reputação nos portos e na logística de petróleo e gás sugere que o negócio não é a logística, mas a financeirização da concessão e o seu poder de monopólio. Como seria de esperar, cinco anos após o acordo de concessão e de subcontratação não houve qualquer financiamento privado

para investimento e construção – apesar de a justificação para a alocação directa da concessão, isto é, sem concurso público, ter sido a urgência na implementação do projecto –, mas o Governo ainda ofereceu garantias públicas de dívida privada (deste modo, convertendo dívida privada em dívida soberana), acabando por recorrer ao erário público para cobrir necessidades financeiras imediatas estimadas em 200 milhões de dólares (Mosse, 2016). Recentemente, em 2021, o Governo de Moçambique cancelou a concessão alegando, com razão, violação do contrato pela concessionária e pela subconcessionária.

A terceira vaga de expropriações do Estado, financeirização do Estado, ocorreu entre 2005 e 2015, e surgiu como uma necessidade de contornar barreiras à acumulação e à reprodução social criadas pela segunda, nomeadamente a viabilização do envolvimento de Moçambique com empresas multinacionais e mercados internacionais financeiros ao longo do tempo. Nesta fase, assistimos à sobre-exploração do espaço da dívida soberana, que tinha sido criado durante as duas décadas de austeridade e estabilização financeiras. À medida que o investimento estrangeiro aumentava exponencialmente, aumentava também a dívida privada das corporações investidoras, que o Governo decidiu garantir a fim de facilitar o acesso ao financiamento internacional. A procura de investimento em infra-estruturas dispendiosas também aumentou. Para contornar o custo financeiro cada vez maior, como barreira a uma maior acumulação de capital, o Governo adoptou uma combinação de acções em matéria de políticas, nomeadamente incentivos fiscais ainda mais generosos para grandes capitais, parcerias público-privadas e investimento público directo. Além disso, o Governo garantiu ou subsidiou a dívida de empresas privadas nacionais que foram ajudadas a tornar-se fornecedores privilegiados num universo cada vez mais privado de serviços públicos essenciais, tais como a terceirização a empresas privadas nacionais e a subsequente financeirização de áreas estratégicas de defesa e segurança nacional, assim como a logística correspondente associada à protecção de empresas multinacionais que operam os projectos de gás natural *offshore*. Isto resultou num crescimento exponencial da dívida pública comercial, que entre 2010 e 2016 cresceu quatro vezes mais depressa do que o produto interno bruto (PIB), tornou-se predominantemente comercial e atingiu 120% do PIB. Daqui resultou a grave crise da dívida que tem vindo a afectar Moçambique nos últimos cinco anos (Castel-Branco, 2022, 2020; Catembe.com, 2015).

As mesmas estratégias que levaram à crise da dívida consolidaram o padrão de afunilamento da base produtiva de forma directa, dado o montante de recursos privados e públicos atribuídos ao núcleo da economia extractiva, e também de forma indirecta, uma vez que causaram uma escassez dos recursos disponíveis para a prossecução de um desenvolvimento económico e social mais amplo. Além disso, o financiamento destes níveis de dívida pública através da contracção de empréstimos no mercado financeiro nacional tornou este sistema financeiro nacional mais especulativo. Por conseguinte, as pequenas e médias empresas e as actividades não extractivas têm dificuldades de acesso ao mercado financeiro doméstico, além de não terem

FIGURA 1: AS ONDAS DE EXPROPRIAÇÃO DO ESTADO, COM AS ETAPAS DE AUSTERIDADE ENTRE ELAS



Fonte: Autor

acesso aos mercados internacionais por não fazerem parte das prioridades dos investidores estrangeiros (*ibid.*). Logo, qualquer estratégia de ampliação das bases de desenvolvimento e diversificação da base produtiva, do emprego e da base fiscal fica comprometida à partida.

A quarta vaga de expropriação do Estado não está cronologicamente definida, pois ocorre entre uma crise e outra (e entre uma vaga de expropriação do Estado e outra), como forma de socializar os custos da viabilização da acumulação privada de capital, transferir rendimento para os grupos sociais de renda mais alta na sociedade e proteger o valor dos activos financeiros. Consistente com a agenda económica neoliberal e o modelo de acumulação, a quarta onda é marcada pelas medidas de austeridade fiscal (contenção da despesa pública, em especial do investimento, e reformas fiscais que geralmente favorecem o grande capital, penalizam o consumo e as pequenas e médias empresas), monetária (subida das taxas de juro e outras medidas de contenção da oferta monetária) e social (com a contenção das transferências sociais, subsídios e financiamentos dos sectores sociais, encorajando a privatização e securitização, ou outras formas de financeirização, dos serviços públicos). Este tipo de medidas também consolida o carácter extractivo e afunilado da base produtiva e impede a sua transformação. Em vez de resolver uma crise, a austeridade desloca-a de um sector ou região para outro, de um grupo social para outro, de uma geração para outra e, ao fazê-lo, remete-a para o futuro, estabelecendo os contornos da crise seguinte. A política de austeridade, sob a forma de redução da despesa pública, terceirização de serviços e funções públicas para o sector privado com dinheiro público, e seguindo uma política monetária de objectivo único, que é a deflação, ajudou a criar um modo de acumulação improdutivo, afunilado e especulativo, tendo reforçado o domínio dos mercados financeiros internacionais sobre a economia moçambicana e sobre opções de política e de estratégia (*ibid.*; Harvey, 2015).

CONCLUSÕES

Este capítulo examinou duas questões, as teorias gerais de crises do capitalismo e uma teoria das crises do capitalismo na economia moçambicana pós-1987, descrita em termos da narrativa histórica das “ondas de expropriação do Estado”. O capítulo argumenta que a “expropriação do Estado” foi crucial para a formação do capitalismo moçambicano porque este capitalismo foi historicamente construído a partir das cinzas do modo de acumulação centrado no Estado, que havia centrado a propriedade dos meios de produção no Estado, e os processos de acumulação de capital iniciam-se com a expropriação e redistribuição dos meios de produção a favor do capital privado. O argumento prossegue dizendo que o compromisso do Estado com a formação da burguesia capitalista nacional forçou o Estado a expropriar-se ou a facilitar essa expropriação, por múltiplos meios, como imperativo de política económica e social. Neste processo, o Estado fragilizou-se e tornou-se refém do capital oligárquico nacional e estrangeiro, e foi compelido, pelas condições económicas e pelas suas escolhas políticas, a sucessivas ondas de auto-expropriação para contornar as crises de acumulação privada e as suas crescentemente mais intensas contradições com reprodução social da força de trabalho. A utilização da analogia das “ondas de expropriação do Estado” para descrever e analisar os processos de formação do capitalismo nacional pós-1987 tem várias vantagens interessantes, teóricas e descritivas. Primeiro, introduz uma cronologia histórica coerente, em que as várias etapas estão associadas às anteriores e posteriores, fazem parte lógica de uma narrativa histórica única, e as suas características específicas são historicamente localizadas em função das condições objectivas ou materiais (económicas e sociais) e subjectivas ou superestruturais (as condições políticas, as instituições, as condições de luta de classes) de cada período histórico. Segundo, revela que as crises são orgânicas, pois resultam do próprio sistema de acumulação, e reestruturam as dinâmicas do capital e a sua relação com o trabalho e com o Estado. Terceiro, demonstra como cada crise se inicia a partir das formas como a crise anterior foi contornada e estabelece parâmetros para a crise seguinte, e, por isso, tem características distintas próprias, mas associadas à narrativa histórica de todo o processo de acumulação. Quarto, a austeridade fiscal, monetária e social é identificada como uma política de classe, que protege o capital contra o trabalho, redistribui o rendimento real a favor das classes capitalistas e favorece formas específicas de acumulação de capital, nomeadamente a acumulação fictícia de capital e a subordinação do Estado e da sociedade aos mercados financeiros. Quinto, o capital nunca resolve as suas crises orgânicas de acumulação e reprodução, nem as contradições estruturais entre produção e acumulação de capital, pois não tem a capacidade de superar as suas contradições estruturais fundamentais. O capital não pode permanecer estático, bloqueado pelas suas próprias crises, pelo que as contorna, ou tenta contornar, e transfere-as, ou tenta transferi-las, entre sectores, entre regiões e entre gerações. Finalmente, do ponto

de vista de política prática, esta analogia mostra que abordagens alternativas, progressistas, não devem focar-se em momentos particulares das crises (seja um sector, ou uma região, ou uma actividade), nem reduzir-se ao curto prazo ou limitar-se ao aparente, pois é necessária a compreensão das dinâmicas históricas das crises e de como elas se relacionam através do modo de acumulação e reprodução social e reestruturam as formas específicas de acumulação e reprodução social para agir e ter impacto na transformação reformista e/ou revolucionária do capitalismo e das suas relações de exploração, dos seus paradoxos e das suas crises.

REFERÊNCIAS

- Ashman, S., Fine, B., & Newman, S. (2011). The Crisis in South Africa: Neoliberalism, Financialisation and Uneven and Combined Development. *Socialist Register*, 47, 175–195.
- Banco Mundial. (1985). *Mozambique: an introductory economic survey*. (Report 5610-MOZ). Washington DC: Banco Mundial.
- Banco Mundial. (1990a). *Mozambique, Restoring Rural Production and Trade*, 1. Washington DC: Banco Mundial.
- Banco Mundial. (1990b). *Mozambique, Restoring Rural Production and Trade*. Volumes I and II. (Report 8370-MOZ). Washington, DC: World Bank.
- Berg, E., Amoako, K. Y., Gusten, R., Meerman, J., & Tidrick, G. (1981). *Accelerated Development in Sub-Saharan Africa – An Agenda for Action*. Washington, DC: World Bank.
- Bowen, M. (2000). *The State against the Peasantry: Rural Struggles in Colonial and Post-colonial Mozambique*. Charlottesville and London: University Press of Virginia.
- Castel-Branco, C. (2014). Growth, capital accumulation and economic porosity in Mozambique: social losses, private gains. *Review of African Political Economy*, 41:sup1, S26-S48. <https://doi.org/10.1080/03056244.2014.976363>
- Castel-Branco, C. (2016). Desenvolvimento centrado em PME? Problematização crítica desta abordagem. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha, & A. Francisco (Orgs.), *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. (2017). “Crises económicas e estruturas de acumulação de capital em Moçambique”. In L. de Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha, & A. Francisco (Orgs.), *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. (2020). Finanças Internacionais e Formação do Capitalismo Nacional em Moçambique. In S. Forquilha (Org.), *Desafios para Moçambique 2020*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. N. (2022). The Historical Logic of the Mode of Capital Accumulation in Mozambique. *Review of African Political Economy*, 49(171), 11–45. <https://doi.org/10.1080/03056244.2022.2040225>.
- Castel-Branco, C. N., & Maia, D. (2022). Financialization, narrow specialization of production and capital accumulation in Mozambique. *Review of African Political Economy*, 49(171), 46–66. <https://doi.org/10.1080/03056244.2022.2049143>
- Catembe.com (2015). *Fazenda pública encaixa mais de USD 1,3 mil milhões*. Edição n.º 7, p. 5, 2 de Abril.
- CEA (1979). *O Desemprego e a Sua Ligação com o Campo*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

- Clarke, S. (2012). Crisis theory. In B. Fine & A. Saad-Filho (Eds.), *The Elgar Companion to Marxist Economics*. Cheltenham (UK) e Northampton (USA): Edward Elgar.
- Cramer, C. (2001). Privatisation and adjustment in Mozambique: a «hospital pass»? *Journal of Southern African Studies*, 27(1), 79–103.
- Fine, B. (2010). Looking at the crisis through Marx – or is it the other way about? In S. Kates (Org.), *Macroeconomic Theory and Its Failings: Alternative Perspectives on the Global Financial Crisis*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing.
- Fine, B., & Saad-Filho, A. (Orgs.) (2012). *The Elgar Companion to Marxist Economics*. Cheltenham (UK) and Northampton (USA): Edward Elgar.
- Fine, B., & Saad-Filho, A. (2016). *Marx's Capital*. Londres: Pluto Press.
- GdM. (1988). *Strategy and Program for Economic Rehabilitation 1988–91*. Report for the Meeting of the Consultative Group. Paris.
- GdM. (1990). *Strategy for Sustained Economic and Social Development 1991–1993*. Report for the Meeting of the Consultative Group. Paris.
- Harvey, D. (2015). *Seventeen Contradictions and the End of Capitalism*. London and New York: Oxford University Press.
- Hilferding, F. (1981) [1910]. *Finance Capital: A Study in the Latest Phase of Capitalist Development*. London: Routledge and Kegan Paul.
- Marois, T. (2012). Finance, financial capital and financialization. In B. Fine & A. Saad-Filho (Orgs.), *The Elgar Companion to Marxist Economics*, Cheltenham (UK) and Northampton. (USA): Edward Elgar.
- Marx, K. (1976) [1867]. *Capital: a Critique of Political Economy*, vol. 1. London: Penguin Classics.
- Marx, K. (1978) [1885]. *Capital: a Critique of Political Economy*, vol. 2. London: Penguin Classics.
- Marx, K. (1981) [1894]. *Capital: a Critique of Political Economy*, vol. 3. London: Penguin Classics.
- Melina, G., & Xiong, Y. (2013). Natural gas, public investment and debt sustainability in Mozambique. *IMF WorkingPaper*, 13/261, Novembro.
- Mosse, M. (2016). *As aberrações da concessão da Base Logística de Pemba*. <https://www.facebook.com/marcelo.mosse/posts/10207778511279204> (descarregado a 27 de Março, 20021).
- O'Laughlin, B. (1981). A questão agrária em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, 3, 9–32. Maputo: CEA/UEM.
- O'Laughlin, B. (1996). Through a divided glass: dualism, class and the Agrarian question in Mozambique. *Journal of Peasant Studies*, 23(4), 1–39.

- UTRE (Unidade Técnica de Reestruturação Empresarial) (1996). *Mozambique: Evaluating the Impact and Effectiveness of the Enterprise Restructuring Program*. Maputo: Ministério do Planeamento e Finanças de Moçambique.
- UTRE (1999). *Privatisation in Mozambique*. Maputo: Ministério do Planeamento e Finanças de Moçambique.
- VCCircle. (2011). Tata Steels Sells Stake in Riversdale Mining to Rio Tinto for \$1.13B. June 16. <https://www.vccircle.com/tata-steel-sells-stake-riversdale-mining-rio-tinto-113b/>. (Descarregado em 5 de Dezembro, 2020)
- Wuyts, M. (1981). Camponeses e economia rural em Moçambique. *Relatório*, 81/8. Maputo: CEA (Centro de Estudos Africanos).
- Wuyts, M. (1989). *Money and Planning for Socialist Transition: The Mozambican Experience*. Aldershot: Gower.